



**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*"Deus seja louvado"*

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2025.**

**INSTITUI O CADASTRO MUNICIPAL DE  
CONDENADOS POR VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER, CRIANÇA E POR CRIMES DE  
NATUREZA SEXUAL NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE VILA VELHA, ESTABELECE  
RESTRIÇÕES ADMINISTRATIVAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**, Estado do Espírito Santo, no uso legal de suas atribuições.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de Vila Velha, o Cadastro Municipal de Condenados por Violência Contra a Mulher, Criança e por Crimes de Natureza Sexual, com o objetivo de registrar e monitorar, exclusivamente para fins administrativos, pessoas condenadas, com decisão judicial transitada em julgado, pelos seguintes crimes:

- I** – Crimes praticados com base na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
- II** – Crimes previstos no Título VI do Código Penal Brasileiro (Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual);
- III** – Crimes contra a vida, a integridade física ou psicológica de crianças ou adolescentes do sexo feminino, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990);
- IV** – Outros crimes cuja vítima seja mulher ou criança, quando caracterizada a motivação por gênero ou natureza sexual.

**Parágrafo único.** O cadastro terá caráter sigiloso, restrito às autoridades competentes da administração pública municipal e das forças policiais, sendo vedada sua divulgação ao público em geral, salvo por ordem judicial.

**Art. 2º** Estar inscrito no Cadastro Municipal de que trata esta Lei implicará na inabilitação para os seguintes benefícios e prerrogativas no âmbito do Município, enquanto perdurarem os efeitos da condenação:

- I** – Ser beneficiário de programas sociais, auxílios financeiros ou benefícios assistenciais mantidos pelo Poder Público Municipal, salvo em casos que envolvam crianças ou terceiros não envolvidos na prática criminosa;
- II** – Ser contratado temporariamente, nomeado para cargos comissionados ou designado para qualquer função de confiança na administração direta ou indireta do Município ou da Câmara Municipal;
- III** – Tomar posse em cargo efetivo da Administração Municipal e da Câmara Municipal, ainda que aprovado em concurso público, enquanto durarem os efeitos da condenação.

**Art. 3º** Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo:





**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*"Deus seja louvado"*

**I** – O órgão responsável pela criação, manutenção e fiscalização do Cadastro;

**II** – Os procedimentos para inclusão e eventual exclusão dos nomes cadastrados, com base em decisões judiciais definitivas;

**III** – Os meios de comunicação entre o Poder Judiciário e a Prefeitura para fins de atualização dos registros.

**Art. 4º** A exclusão do nome do Cadastro dar-se-á automaticamente após o cumprimento integral da pena e, quando aplicável, após o reconhecimento judicial da reabilitação criminal.

**Art. 5º** Esta Lei respeita os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência, sendo vedada qualquer forma de penalização anterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Velha – ES, 22 de abril de 2025.

**JONIMAR SANTOS OLIVEIRA**  
**VEREADOR PP**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*"Deus seja louvado"*

**JUSTIFICATIVA**

Este projeto de lei representa um avanço real e concreto no enfrentamento à violência contra mulheres e crianças em Vila Velha. Por meio da criação de um cadastro municipal de condenados por tais crimes, aliado à proibição de que esses indivíduos ocupem cargos públicos — sejam eles efetivos, comissionados ou temporários — ou recebam benefícios sociais da Prefeitura, o Município reafirma seu compromisso com a ética pública, a proteção das vítimas e a construção de uma sociedade mais segura e justa.

A proposta está fundamentada em critérios jurídicos objetivos, respeitando integralmente os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. A aplicação das sanções administrativas ocorrerá apenas após a condenação definitiva, evitando qualquer risco de arbitrariedade ou afronta ao princípio da presunção de inocência.

Além disso, ao impedir que agressores tenham acesso a cargos públicos ou benefícios sociais, a lei preserva a integridade da gestão pública, dando o exemplo de que não há lugar no serviço público para quem atenta contra a dignidade e a segurança de mulheres e crianças.

Por fim, submeto esse projeto de grande relevância e interesse público ao crivo dos meus pares, com a esperança de aprovação, pois trata de um grande avanço na assistência da população canela verde.

Vila Velha – ES, 22 de abril de 2025.

**JONIMAR SANTOS OLIVEIRA**  
**VEREADOR PP**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200380037003000300032003A005000

Assinado eletronicamente por **VEREADOR JONIMAR SANTOS** em 23/04/2025 08:49

Checksum: **06AB99D3E24A79BEA72BE312527F693B9438B4106B8AFD502ED641EE42556E0D**



Autenticar documento em <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 3200380037003000300032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.